

RESUMO - COM COMUNICAÇÃO ONLINE - GT 03: EPISTEMOLOGIAS
TRANSFORMADORAS E JUSTAS: GÊNERO E DIVERSIDADE

EMANCIPAÇÃO DA MULHER NA ANTIGA URSS

João Carlos Zanella (jocazanella@yahoo.com.br)

Este resumo analisa a emancipação da mulher no Estado Soviético sob as perspectivas de Hewlett Johnson, compreendendo-a como dimensão estruturante da reorganização socialista da sociedade. Longe de limitar-se a reformas jurídicas, a libertação das mulheres é apresentada como desdobramento direto da superação da exploração capitalista, da autonomia econômica e da reorganização das bases produtivas, culturais e políticas.

No âmbito normativo, a Constituição Soviética de 1936 — notadamente no Artigo 122 — formalizou a igualdade de direitos entre os gêneros em todas as esferas da vida pública e privada. Johnson ressalta que essa equivalência legal se desdobrou em participação política efetiva, evidenciada pela eleição de 180 mulheres ao Soviet Supremo, número superior ao das democracias liberais da época.

A sustentação dessa equidade repousava no trabalho socializado e na renda própria, elementos que eliminaram a dependência financeira feminina em relação ao marido. Com o direito universal ao trabalho e a remuneração igualitária, o casamento deixou de ser uma necessidade de subsistência e

transformou-se em uma parceria de companheirismo baseada na igualdade social, intelectual e moral.

Paralelamente, a reestruturação do trabalho reprodutivo desempenhou papel crucial na transformação social. Incorporando a crítica leninista à rotina doméstica, o Estado promoveu a racionalização econômica por meio da socialização de tarefas cotidianas. A expansão de creches, jardins de infância, cozinhas comunitárias e lavanderias públicas transferiu para as instituições estatais responsabilidades tradicionalmente privadas. Essa desoneração liberou tempo produtivo e criativo para a formação profissional, intelectual e política das mulheres.

A maternidade foi ressignificada não como estorvo ou atribuição puramente privada, mas como relevante função social tutelada pelo Estado. Políticas públicas como licenças remuneradas, estabilidade no emprego e intervalos para amamentação conciliaram a vida laboral com o cuidado infantil. Assim, a identidade feminina deslocou-se do papel de doméstica para o de cidadã plena e integrada à produção e à cultura.

Johnson enfatiza também os desdobramentos desse projeto na Ásia Central Soviética, onde a intervenção estatal desmantelou estruturas patriarcais feudais. Reformas legislativas proibiram o casamento infantil, a venda de noivas e as uniões compulsórias. Nesse contexto, o abandono da paranja (véu tradicional) simbolizou a transição do isolamento social para a inclusão na modernidade, na educação e no trabalho.

Em suma, Hewlett Johnson conclui que a emancipação da mulher soviética integrou dimensões jurídicas, econômicas, sociais e culturais em um projeto sistêmico. Ao aliar a igualdade formal às condições materiais de existência, a transição socialista transformou a historicamente subordinada condição feminina em uma cidadania ativa, pautada pela cooperação, soberania individual e trabalho socialmente organizado.

Palavras-chave: emancipação; mulher; libertação.

